



NOTES

2. Deve ser desenvolvido projeto executivo detalhado para cada localidade, considerando as ações necessárias para garantir o acesso adequado das pessoas com deficiência aos pontos de parada e às estações de transferência, bem como a acessibilidade passiva ou ativa necessária.
3. A implantação do Projeto Referência em cada localidade deve obrigatoriamente atender às normas de acessibilidade NBR 9061 e demais normas, códigos e posturas edilícias de cada município.
4. Deverá ser seguido o nome próprio instituído pelo profissional desenvolvedor habilitado no assunto, garantindo-se condições de conforto e sustentabilidade da obra e da operação. Todos os aspectos que não possa serem resolvidos pela instância municipal com renovação de prazo, caso este limite complementar expira antes da conclusão das atividades.
5. Para execução da obra deverá ser seguido o projeto de arquitetura conformemente com o projeto de engenharia civil, elaborado por profissional habilitado, contemplando também as instalações elétricas, Proteção e Combate a Incêndio, projetos contra descargas atmosféricas, gás, Medicina, Climatização e demais projetos que se fizerem necessários.
6. Devem ser realizados o levantamento paramétrico para a locação da obra em cada terreno específico onde o projeto referenciado será implantado.
7. Recomenda-se a previsão do materializado de Gerar Cidades a depender dos conceitos de geografia urbana e planejamento urbano aplicados à área específica implantada; a opção de município.

* O Projeto de implantação será de responsabilidade do Município onde a Unidade Básica de Saúde será implantada e deverá conter todas as informações necessárias para que a edificação funcione de maneira completa, assim como apresentar os projetos, memoriais e detalhes para a perfeita realização das movimentações de terra necessárias (terraplenagem), compactação de terreno, adequação das fundações conforme a sondagem que deverá ser realizada in loco, acessibilidade, estacionamento e via externas, iluminação externa, de acesso ao lote, entre outros, atendendo os códigos e normas municipais, bem como a adaptação do projeto executivo à legislação do Município onde será construído. Caberá ao Proponente implantar o projeto de referência ao terreno escolhido para a construção, complementando o caderno de encargos e projetos com as informações necessárias e suficientes ao processo licitatório do empreendimento com um todo.

** Independente da utilização integral ou parcial da solução disponibilizada pelo Ministério da Saúde, no caso o Projeto Referenciado, é de responsabilidade do proponente, a implantação do projeto no terreno e as aprovações em todos os órgãos competentes, os quais se obrigam a exigir o recolhimento de ART e ou RRT dos responsáveis técnicos pelos respectivos projetos de implantação e aprovações nos devidos órgãos competentes, assim como o cumprimento das normas, legislações e códigos edícios de cada local.

Atos normativos seguidos para a elaboração do projeto

Participa de Consolidação no 2, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre a Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

RDC Nº 50/2002 da ANVISA - Estabelece o Regulamento Técnico para o planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

RDC Nº 51/2011 da ANVISA - Dispõe sobre os requisitos mínimos para a funcionamento e operação de estabelecimentos de saúde de atenção básica, de acordo com a Portaria Vigintiduas (SVS/2011) e de outras providências.

RDC Nº 222/2018 da ANVISA - Regulamento das Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

RDC Nº 22/2018 da ANVISA - Regulamento das Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

RDC Nº 36/2014 da ANVISA - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

RDC Nº 19/2012 da ANVISA - Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde.

RDC Nº 19/2017 da ANVISA - Requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

ABNT NBR 15210-2002 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 15210-2016 - Sistema construtivo de equipamento de saúde: mobiliários, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em estabelecimento de saúde.

ABNT NBR 7260-01 - Tratamento da água em Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS) - Requisitos para o fornecimento de água potável.

Além das normas estabelecidas pelos catálogos técnicos da ABNT e correlatos, a contratada deverá consultar e aplicar, quando pertinente, as normas indicadas na Biblioteca de Temas de Serviços de

PROTETO	Laércio José Ribeiro	PROJ.	
SECRETARIO	Gustavo José Dias Maciel	PROJ.	
TÍTULO	Projeto Arquitetônico	PROJ.	Hospitalar
	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PORTE 3	PROJ.	Zuel - 02
ENDEREÇO	Av. Luzia Brandão Fraga de Souza, bairro Loanda, João Monlevade.	ÁREA TOTAL	3.167,00m²
PROPR.	Prefeitura Municipal de João Monlevade	ÁREA CONSTRUIDA	775,00m²
		ÁREA DESTACADA	24,48m²
		CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO	0.24
		PROJETO	
PROJ.	Júlio Bruno Leite Junior	PROJ.	
	Crea - 80.199 / 0	PROJ.	Março / 2025
		PROJ.	06 / 14